



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

PREFÁCIO

Candido Giraldez Vieitez

Como citar: VIEITEZ, Candido Giraldez. Prefácio. *In:* DAL RI, Neusa Maria (org.). Sindicato, autonomia e gestão democrática na Universidade Estadual Paulista (1976-1996). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.7-12. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-556-8.p7-12>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PREFÁCIO

Como podemos observar pelo título deste livro, da professora Neusa Maria Dal Ri, a UNESP é seu objeto de investigação. Mas uma UNESP examinada por meio das lentes propiciadas pelas categorias centrais no estudo: o sindicato docente; a autonomia; e a gestão democrática.

A UNESP, com seus correlatos de autonomia, gestão democrática e organização sindical específicos, constitui um objeto de estudo da maior relevância, não apenas para a comunidade universitária, como, também, ou mais ainda, para a sociedade.

A pesquisa examinou o interregno que vai da fundação da UNESP até 1996. No entanto, a problemática imanente ao objeto - ou proposta pela pesquisadora - é contemporânea, projetando desafios para a universidade pública que são até mais prementes hoje, do que ontem. Isso porque a universidade pública e gratuita, em praticamente todo mundo - ao menos no Ocidente capitalista - nunca foi uma unanimidade, de sorte que uma espada sempre esteve pendente sobre a mesma, a ameaçar sua continuidade. No entanto, nos dias de hoje, com a ascendência do neoliberalismo, essa ameaça, que a pesquisa muito bem assinalou, está muito mais presente, como podemos observar através dos tantos atos ou manifestações privatizantes por parte de autoridades e políticos importantes. E nem há o que dizer com relação à posição negativa ou potencialmente negativa dessas personagens públicas com relação à legitimidade da autonomia, da gestão democrática e dos sindicatos.

A UNESP é um objeto de investigação com suas próprias especificidades. No entanto, o particular é frequentemente uma manifestação muito concreta do universal. É o que ocorre com a universidade pública, que embora relativamente estendida, é um assunto permanente de debate político entre partidários e detratores. Desse modo, embora centrada neste objeto específico e delimitado, a pesquisa trabalha uma temática de implicação nacional e internacional.

O estudo está concebido como uma investigação de carácter histórico-empírico na qual sobrelevam três premissas.

A primeira é que os fatos empíricos são fundamentais tanto para a análise, quanto para garantir a verossimilitude dos resultados da investigação. Consequente com essa premissa metodológica, a pesquisadora apóia sua análise numa profusão de dados, sendo os principais fornecidos por entrevistas com pessoas que vivenciaram os acontecimentos relatados ou que foram agentes desses acontecimentos, e farta documentação de fontes primárias e secundárias. Além disso, contabilizamos a utilização de copiosa literatura especializada, bem como de literatura mais geral. No entanto, a investigadora não é empirista. Diversamente do que faz em relação à metodologia técnica, a mesma não explicita a metodologia lógica ou paradigma teórico empregado, não porque o mesmo não esteja presente na análise da temática, mas porque a teoria se encontra aqui organicamente imbricada no processo intelectual de análise e síntese, no processo de reconstrução, explicação e explicitação da realidade examinada.

Um segundo ponto a destacar é o de que a história é fundamental para a compreensão do objeto examinado, seja como recurso heurístico, seja porque certas categoriais sociais - ou conceitos - atuais são o resultado mais ou menos direto de sua evolução no espaço-tempo.

O terceiro destaque nessa concepção metodológica é a percepção de que não se pode perder de vista o todo social. Assim, embora a pesquisa esteja centrada na UNESP, não se encontra encerrada na mesma, uma vez que a investigação não perde de vista as conexões entre a universidade e a sociedade. Por exemplo, fica claro na exposição que o movimento pela democratização da gestão na Universidade, deflagrado em 1984, estava em conexão direta com a grande campanha nacional pela democratização do Estado que estava em curso desde fins dos anos 1970.

Em virtude desses procedimentos temos um texto abundantemente ilustrado com fatos em detalhe, mas, também, estruturado segundo a ampla perspectiva da teoria utilizada. O resultado é uma demonstração-exposição muito bem feita e logicamente consistente, mas ao mesmo tempo caracterizada por uma densidade que demanda leitura detida e cuidadosa.

A criação do sindicato docente (inicialmente associação), a obtenção da autonomia de gestão financeira (outorgada pelo governador) e a instauração

da gestão democrática (autogoverno), segundo sustenta a pesquisa, são três acontecimentos estratégicos da trajetória da UNESP.

Dadas as divergências ideológicas, educacionais, etc. existentes na Universidade – como na sociedade – a valoração desses acontecimentos nesses termos é desafiante. No entanto, a pesquisadora, ao explicitar sua posição, desloca o provável debate do terreno das controvérsias cotidianas para o campo mais elevado do embate entre concepções de mundo distintas. A perspectiva na qual se situou este trabalho – afirma a pesquisadora em uma passagem de sua narrativa - e, conseqüentemente, a sua hipótese norteadora foi dada pelo princípio democrático, ou seja, a perspectiva na qual se têm situados os problemas da democracia como participação e do poder como autogestão, ou seja, partem sempre do ponto de vista da classe trabalhadora.

Portanto, ao invés de tentar empreender sua análise como sendo neutra em relação às classes sociais e aos conflitos que trespassam a sociedade, a pesquisadora - diversamente do que é tão frequente – assume claramente o ponto de vista das classes trabalhadoras, ciente de que a isenção na pesquisa, um procedimento a ser observado, é algo completamente diferente da suposta e utópica neutralidade do pesquisador em relação ao objeto estudado.

Retomemos, pois, às categorias tomadas como centrais na análise, o sindicato, a autonomia e a gestão democrática para observarmos que nenhuma delas conta com um conceito correspondente de significado unívoco.

O que temos em cada uma delas é aquilo que alguém já chamou de ideia-força (uma determinação geral), que é algo tão real quanto pode ser uma abstração científica. O que significa que seu significado real só se define, ao menos transitoriamente, na evolução da trama histórica, razão pela qual na pesquisa essas categorias aparecem historicizadas, como, por exemplo, a autonomia nas corporações originárias da Universidade, a autonomia no Estado Absolutista, a autonomia no regime democrático liberal e, finalmente, a evolução desse conceito nas várias constituições brasileiras até se chegar a uma de suas possíveis manifestações concretas, a autonomia de gestão financeira na UNESP e demais universidades estaduais paulistas.

À primeira vista, o sindicato dos docentes parece ser um objeto social meramente prosaico. No entanto, a sua criação foi consequência das profundas alterações nas relações de trabalho que ocorreram na Universidade a

partir da década de 1970. Portanto, foi ancorado nesses acontecimentos que o sindicato se instalaria na vida universitária como um componente muito importante no processo de evolução das relações de trabalho e da política universitária. E, no entanto, não há consenso quanto ao conceito de sindicato. E, como mostra a pesquisa mediante uma ampla reflexão ilustrada pela literatura sobre as várias concepções, não há consenso quanto às formas de organização e atuação desse tipo de organização, nem no interior do próprio campo ao qual ela pertence, o movimento operário e popular.

O caso da autonomia é semelhante. A pesquisadora defende que a autonomia tanto pode ser favorável quanto contrária à democratização, mas que a autonomia outorgada à Unesp é de caráter progressivo, ou seja, possibilitou a autogestão, a qual tem como pré-condição a própria manutenção da universidade pública, uma vez que não há e não pode haver autogoverno dos trabalhadores na Universidade privada.

A categoria *democracia* encontra-se numa situação semelhante às demais categorias em questão. A sua determinante geral possivelmente mais popularizada, para explicitar ao menos uma referência, ainda que abstrata, talvez seja a fórmula rousseauiana - antitética ao conceito de democracia liberal -, a qual sustenta que a democracia é o governo do povo, pelo povo, para o povo. Princípio esse que, por extensão, segundo o pensador italiano Norberto Bobbio, referenciado na pesquisa, deveria aplicar-se às instituições da sociedade civil.

Seja como for, estamos de acordo com a tese da autora de que os sindicatos, tanto na universidade quanto em geral, são com frequência uma das forças que se tem colocado à frente da luta pela democracia ou, talvez, melhor dizendo, da luta pela democratização, e tanto no mundo do trabalho quanto no da política.

Como o demonstra a pesquisadora, na UNESP, como ocorre em geral por toda parte, o sindicato está longe de contar com a adesão majoritária da comunidade. Mas também aqui, essa situação é mutável, vale dizer, histórica. Os acontecimentos de 1984 e 1989, que respectivamente foram cruciais para a democratização e autonomia de gestão financeira, provavelmente não teriam ocorrido sem o papel do sindicato – e demais organizações da comunidade -, que impulsionou e coordenou as lutas então realizadas.

O trabalho conclui reconhecendo o papel estratégico do sindicato, bem como a instauração do autogoverno ou autogestão na UNESP. Entendemos que a formulação dessa proposição, cheia como está posta e correta em princípio, expressa mais um recurso de síntese expositiva do trabalho do que de realidade.

Certamente a universidade hoje é autogovernada pelos três segmentos que compõem a comunidade, docentes, alunos e servidores, ao menos num certo âmbito da jurisdição administrativa. E, também, concordamos em que muitos e importantes elementos democráticos foram instaurados.

Porém, a própria pesquisadora indica que se o alcançado é bastante, não é suficiente, e que a gestão democrática ou autogoverno deveria ser alargado e aprofundado, e antes de tudo sustentado em sua continuidade pela ação política recorrente do sindicato em colusão com as comunidades, uma vez que esse *status*, como a própria pesquisa também indica, não é inamovível.

Na universidade, ao menos por ora, quem está mais bem posicionado para encetar e impulsionar um movimento com esse objetivo é o sindicato. No entanto, segundo apurou a investigação, o mesmo encontra-se tolhido porque, embora o sindicato no plano organizacional tenha introduzido elementos inovadores democráticos, no plano conceutivo segue sendo, como a maioria dos sindicatos brasileiros de trabalhadores – se não todos -, um sindicato tradicional, vale dizer, um sindicato de impostação econômico-corporativa.

Isso significa basicamente duas coisas. Por um lado, o trabalho sindical segue basicamente orientado pelas lutas salariais, enquanto, por outro, mantém uma espécie de identificação egocêntrica com a categoria que representa.

Sobre essa situação, a análise nos apresenta várias explicações. Porém, o problema central estaria no fato de o sindicato não ter formulado até hoje um projeto para a universidade (educacional, científico, sócio-político). À falta deste, o mesmo segue aferrado à questão salarial – essencial, mas insuficiente –, bem como à defesa da universidade pública quando a conjuntura política se apresenta como perigo real ou potencial. Apesar de que, esporadicamente e sem muita convicção, o sindicato também avance esta ou aquela reivindicação relativa ao campo da gestão democrática.

Portanto, esta é uma pesquisa de alta qualidade, muito bem documentada, estruturada e exposta, com um objeto de estudo socialmente relevante, ancorada numa problemática e uma defesa convincente das hipóteses

defendidas. Uma investigação que se situa no campo democrático, um dos temas mais importantes das ciências sociais na sociedade moderna e contemporânea, quer olhemos para a história passada, quer para o presente ou para os dias que estão por vir e, em se tratando da democracia do autogoverno dos trabalhadores na Universidade pública, reveste um carácter praticamente pioneiro, que deixa um legado de informações e conhecimentos para outras investigações.

Candido Giraldez Vieitez